

Sama S.A. Minerações Associadas – Em recuperação judicial

CNPJ/MF nº 15.104.599/0001-80

Relatório da Administração de 2022

Prezados, A Administração da Sama S.A. – Em Recuperação Judicial (“Sama” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.Sas as correspondentes Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e em Reais, conforme a Legislação Societária e Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS. **1. Mensagem da Administração:** Amparada na Lei nº 20.514 do Estado de Goiás, que autoriza para fins exclusivos de exportação a extração e o beneficiamento da fibra de crisotila, o ano de 2022 totalizou cerca de 194 mil toneladas exportadas, representando um crescimento de 23% frente ao ano de 2021. Em 2022, a Margem Bruta das exportações do segmento

de crisotila atingiu 48%, recuo de 14 p.p.em relação ao ano de 2021. A queda na margem bruta se deve, principalmente, à apreciação do Real frente ao dólar e ao aumento dos custos logísticos de todos os modais, consequência da pressão inflacionária do preço dos combustíveis incorrida principalmente nos 9M22. Dessa forma, a Companhia alcançou no exercício de 2022 um lucro líquido de R\$ 63 milhões, recuo de 25% frente ao ano de 2021. **2. Desempenho Operacional e Financeiro: Volume de Vendas:** Em 2022, foram exportadas cerca de 194 mil toneladas de fibra crisotila, representando um crescimento de 23% em relação ao ano 2021. **Recetta Líquida e Lucro Bruto:** A Recetta Líquida totalizou R\$ 373 milhões em 2022, representando um crescimento de 39% frete ao ano de 2021. O Lucro Bruto totalizou R\$ 179 milhões, superior em 8% quando comparado com o resul-

tado auferido em 2021. A margem bruta atingiu 48% em 2022, recuo de 14 p.p. frente ao exercício de 2021. **Despesas Operacionais:** As Despesas operacionais totalizaram R\$ 76 milhões em 2022, superando em cerca de R\$ 37 milhões o registrado no ano de 2021, principalmente, pelos seguintes eventos: (i) R\$ 25 milhões decorrente da recetta oriunda da alienação do imóvel de Aparecida de Goiânia registrada em 2021; (ii) R\$ 10 milhões nas despesas gerais e administrativas reflexo da abertura de novos postos de trabalho e ao aumento das despesas com mão de obra e serviços decorrente da inflação do período; e (iii) R\$ 4 milhões nas despesas com vendas, fruto do aumento das despesas variáveis. **Lucro Líquido:** Em 2022, a Companhia contabilizou um Lucro Líquido de R\$ 63 milhões, representando um recuo de 25% frente ao ano de 2021. *A Administração*

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)					
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Ativos					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	437	7.400	437	7.400
Contas a receber	4	132.460	80.571	132.460	80.571
Estoques	5	27.520	35.852	27.520	35.852
Impostos a recuperar	6	48.907	47.677	48.975	47.746
Partes relacionadas	8	20.927	44.061	20.927	44.061
Adiantamentos à Fornecedores		1.305	2.237	1.305	2.237
Outros ativos circulantes		10.490	16.510	10.490	16.510
Total do ativo circulante		242.046	234.308	242.114	234.377
Não Circulante					
Depósitos judiciais		2.520	2.376	2.539	2.395
Impostos a recuperar	6	34.563	7.262	34.563	7.262
Partes relacionadas	8	–	12.988	–	12.988
Outros ativos não circulantes		1.389	1.389	1.389	1.389
Investimentos	7	1.313	1.342	–	–
Imobilizado	9	8.240	2.521	8.251	2.531
Intangível	10	167	–	169	6
Total do ativo não circulante		48.192	27.878	46.911	26.571
Total dos Ativos		290.238	262.186	289.025	260.948
Passivos e Patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	11	16.609	9.317	16.609	9.317
Empréstimos e financiamentos	12	20.139	–	20.139	–
Partes relacionadas	8	23.596	86.707	23.596	86.707
Obrigações com pessoal	13	4.898	4.242	4.898	4.242
Dividendos e juros sobre o capital próprio	8	39.802	–	39.802	–
Impostos, taxas e contribuições a recolher	14	170	1.780	170	1.777
Provisão para benefício pós-emprego	15	3.756	4.192	3.756	4.192
Outros passivos circulantes	16	18.155	18.752	18.155	18.752
Total do passivo circulante		127.125	124.990	127.125	124.987
Não Circulante					
Partes relacionadas	8	1.233	1.254	–	–
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	17	17.371	16.076	17.391	16.095
Provisão para benefício pós-emprego	15	31.843	37.564	31.843	37.564
Provisão para desmobilização da mina	18	9.982	9.273	9.982	9.273
Total do passivo não circulante		60.429	64.167	59.216	62.932
Patrimônio Líquido					
Capital social	19.a	65.100	65.100	65.100	65.100
Reservas de capital		34	34	34	34
Reservas de lucro		43.737	20.232	43.737	20.232
Outros resultados abrangentes		(6.187)	(12.337)	(6.187)	(12.337)
Patrimônio líquido atribuível a acionistas controladores		102.684	73.029	102.684	73.029
Participação dos acionistas não controladores		–	–	–	–
Total do patrimônio líquido		102.684	73.029	102.684	73.029
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		290.238	262.186	289.025	260.948

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Contexto operacional – A Sama S.A. – Minerações Associadas (“Companhia”), localizada na cidade de Minaçu, Estado de Goiás, é uma companhia S.A. de capital fechado controlada pela Eternit S.A. A Sama tem como principal objeto social, a pesquisa e lavra de jazidas e minas, a exploração de outros produtos minerais, o gerenciamento e a disposição de resíduos de fibrocimento, no qual, detém tecnologia que permite a polivalência na extração e no beneficiamento do minério de variedade crisotila, que atualmente é comercializado apenas para o mercado externo. Atualmente, a Companhia detém o controle da empresa Engedris Distribuição Ltda. (“Engedris”) que, não possui atividade econômica.

1.1 Recuperação judicial: Em março de 2018, a Eternit ajuizou, em conjunto com suas controladas. Inclui-se a Sama, pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05. O plano foi homologado pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP em 30 de maio de 2019, sendo a decisão publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 11 de junho de 2019, data em que se inicia os prazos para cumprimento do respectivo plano. A Integra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, e a ata da Assembleia Geral de Credores foram disponibilizadas nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e de Relações com Investidores da Eternit S.A. (ri.eternit.com.br). **1.2 A questão jurídica do mineral crisotila no Brasil:** A atividade de exploração e utilização da crisotila é regulamentada pela Lei Federal nº 9.055/95, Decreto nº 2.350/97 e normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Também está prevista na Convenção 162 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A referida Lei foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.066 propostas pela ANAMATRA e pela ANPT perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Ela foi julgada em 24 de agosto de 2017, onde cinco votos foram declarados pela procedência da ação e consequente inconstitucionalidade da Lei Federal e quatro votos pela sua improcedência e constitucionalidade. De acordo com o artigo 97 da Constituição Federal, a inconstitucionalidade de uma lei pressupõe voto de ao menos seis dos 11 ministros, o que não ocorreu. Dessa forma, a Lei nº 9.055 não foi considerada inconstitucional. Posteriormente foram julgadas pelo STF as ADIs nº 3.406 e nº 3.470 propostas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) contra a Lei Estadual do Rio de Janeiro que versam sobre a legalidade do uso da crisotila naquele Estado. No julgamento, foi declarada por maioria de votos a improcedência das referidas ADIs, o que resultou na constitucionalidade da Lei Estadual do Rio de Janeiro. Além disso, foi declarada incidentalmente a inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Federal, com efeito “erga omnes”, ou seja, atingindo todo o território nacional. Em função da publicação dessa decisão, no início de dezembro de 2017 o Grupo suspendeu a atividade da Companhia. Entretanto, a autora das ADIs nº 3.406 e nº 3.470 – (CNTI) solicitou à relatora delas a suspensão do efeito “erga omnes” até a publicação do acórdão, o que foi acolhido, permanecendo apenas a proibição nos Estados que proíbem a matéria-prima. Diante da decisão acima, a Companhia retomou as atividades até a publicação do acórdão e fluência do prazo para oposição dos embargos de declaração, nos termos do referido despacho. Nesse contexto, a Companhia interrompeu a comercialização da fibra de crisotila no mercado nacional direcionando sua produção exclusivamente para o mercado externo. Em 31 de maio de 2019, a Companhia se viu obrigado a hibernar os seus ativos. A decisão de hiberná-los se deu pela não apreciação pelo STF do pedido de efeito suspensivo requerido naquele processo até apreciação do mérito dos embargos de declaração opostos em 08 de fevereiro de 2019. Nos embargos, foi requerida a modulação para o encerramento das atividades de mineração, período no qual a Companhia continuaria, exclusivamente, como exportadora da fibra de crisotila. Em 2020, a Sama retomou as suas atividades, destinando sua produção exclusivamente ao mercado externo, amparada na Lei do Estado de Goiás nº 20.514, regulamentada pelo Decreto nº 9.518. Desta forma, a Companhia aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho contra Lei nº 20.514 do Estado de Goiás (ADI nº 6.200). **1.3 Continuidade operacional:** A Sama mantém suas atividades operacionais com expectativa de continuidade operativa, todavia, a Companhia aguarda a decisão do STF quanto à Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho contra a Lei nº 20.514 do Estado de Goiás, que se julgada desfavorável à Sama, poderá gerar incertezas sobre a continuidade dos negócios no segmento em que atua.

2. Base para preparação, apresentação das demonstrações contábeis e principais políticas contábeis – A Administração ao elaborar as demonstrações contábeis individuais

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)					
	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva Estatutária	Reserva Legal
Saldo em 31/12/2020		65.100	34	13.020	6.510
Lucro do exercício	19.b	–	–	–	–
Constituição de reservas		–	–	–	–
Ganho na atualização do plano de benefício definido		–	–	–	–
Dividendos declarados		–	–	–	–
Saldo em 31/12/2021		65.100	34	13.020	6.510
Lucro do exercício	19.b	–	–	–	–
Constituição de reservas		–	–	–	–
Ganho na atualização do plano de benefício definido		–	–	–	–
Dividendos declarados		–	–	–	–
Saldo em 31/12/2022		65.100	34	13.020	6.510

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais – exceto o lucro líquido por ação)					
	Nota explicativa	Controladora	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Receita líquida	21	375.620	268.738	375.620	268.738
Custos dos produtos e mercadorias vendidos	22	(194.769)	(103.089)	(194.769)	(103.089)
Lucro bruto		180.851	165.649	180.851	165.649
Recettas/ (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	22	(41.719)	(37.701)	(41.719)	(37.701)
Gerais e administrativas	22	(30.035)	(27.381)	(30.060)	(27.396)
Outras recettas/(despesas) operacionais, líquidas	23	(4.395)	25.632	(4.399)	25.632
Resultado da equivalência patrimonial	7	(29)	(15)	–	–
Total das despesas operacionais		(76.178)	(39.465)	(76.178)	(39.465)
Resultado operacional		104.673	126.184	104.673	126.184
Resultado financeiro	24	(13.141)	3.075	(13.141)	3.075
Resultado antes do Imposto de renda e da contribuição social		91.532	129.259	91.532	129.259
IRPJ e contribuição social					
Correntes	20.a	(28.225)	(44.392)	(28.225)	(44.392)
Diferidos	20.a	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício		63.307	84.867	63.307	84.867
Atribuível a:					
Acionistas controladores		–	–	63.307	84.867
Acionistas não controladores		–	–	–	–
Lucro líquido do exercício				63.307	84.867
Lucro líquido por ação, básico e diluído – R\$				1,8167	2,4354

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)					
	Controladora	Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Lucro líquido do exercício	63.307	84.867	63.307	84.867	
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	
Ganho líquido na atualização do plano de benefício definido	6.150	14.914	6.150	14.914	
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	6.150	14.914	6.150	14.914	
Resultado abrangente total do exercício	69.457	99.781	69.457	99.781	
Atribuível a:					
Acionistas controladores	–	–	69.457	99.781	
Acionistas não controladores	–	–	–	–	
			69.457	99.781	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

e consolidadas utilizou critérios de divulgação baseado em regulamentos, relevância das transações e mudanças observadas na posição patrimonial, econômica e financeira, bem como desempenho da Companhia e de suas controladas. **2.1. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações:** Durante o exercício de 2022 foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2022:

Pronunciamento	Alteração/Aprimoramento
Alteração ao IAS 16/CPC 27 Ativo Imobilizado	A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
Alteração ao IAS 37/CPC25 Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
Alteração ao IFRS 3/CPC 15 Combinação de Negócios	Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros	Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
IFRS 16/CPC 06 – Arrendamentos	Alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionado a melhorias no imóvel arrendado.
IFRS 1/CPC 37 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros	Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
IAS 41/CPC 29 – Ativos Biológicos	Remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações contábeis quanto à sua aplicação. Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência somente em 1º de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, sendo:

Pronunciamento	Alteração	Vigência
IAS 1 Apresentação de Financial Statements/ IFRS – Practice Statements	Divulgação de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis “significativas”. As alterações definem o que é “informação de política contábil material” e explicam como identificá-las.	a partir de 1º de janeiro de 2023
IAS 1 Apresentação de Financial Statements/ IFRS – Practice Statements	Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações contábeis, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial.	a partir de 1º de janeiro de 2024
IAS 8 – Accounting Policies, Changes In Accounting Estimates And Errors	Esclarecimentos à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.	a partir de 1º de janeiro de 2023

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os					
exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		91.532	129.259	91.532	129.259
Ajustes para conciliar o lucro antes do IRPJ e da CSLL com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	7	29	15	—	—
Depreciação e amortização		2.221	2.215	2.224	2.218
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis		—	(24.130)	—	(24.130)
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	4	16	138	16	138
Perda estimada para redução ao valor realizável líquido dos estoques	5	326	(1.723)	325	(1.723)
Perda estimada para redução ao valor recuperável		(2.222)	(2.215)	(2.221)	(2.215)
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	17	1.433	—	1.452	—
Provisão para benefícios pós-emprego	15	(7)	3.980	(7)	3.980
Provisão para desmobilização da mina	18	709	2.148	709	2.148
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		962	(764)	962	(764)
		94.999	108.923	94.992	108.911
Redução/ (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(52.617)	(21.906)	(52.617)	(21.906)
Partes relacionadas a receber		23.134	11.828	23.134	11.828
Estoques	5	8.006	(23.111)	8.007	(23.111)
Tributos a recuperar		(26.919)	(28.805)	(26.916)	(28.805)
Depósitos judiciais		(282)	(68)	(300)	(69)
Outros ativos		6.951	(9.734)	6.952	(9.734)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		7.016	(635)	7.016	(635)
Partes relacionadas a pagar		(63.132)	8.209	(63.110)	8.222
Impostos, taxas e contribuições a recolher		(1.610)	542	(1.610)	542
Obrigações com pessoal		656	1.747	656	1.747
Benefício pós-emprego		—	(4.246)	—	(4.246)
Pagamento de contingências		—	(1.323)	—	(1.323)
Outros passivos		(596)	7.537	(597)	7.537
Caixa gerado/aplicado pelas operações		(4.394)	48.958	(4.393)	48.958
Imposto de renda e contribuição social pagos		(29.836)	(45.931)	(29.836)	(45.931)
Caixa líquido gerado/aplicado pelas atividades operacionais		(34.231)	3.027	(34.230)	3.027
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Mútuo com empresa ligada a receber		13.291	—	13.291	—
Adições ao ativo imobilizado e Intangível	9 e 10	(5.885)	(2.194)	(5.886)	(2.194)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento		7.406	(2.194)	7.405	(2.194)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos		71.975	—	71.975	—
Amortização de empréstimos e financiamentos		(52.114)	—	(52.114)	—
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		19.861	—	19.861	—
Aumento/redução líquido do caixa e equivalentes de caixa		(6.963)	833	(6.963)	833
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	3	7.400	6.567	7.400	6.567
No fim do exercício	3	437	7.400	437	7.400
Aumento/redução líquido do caixa e equivalentes de caixa		(6.963)	833	(6.963)	833
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.					

